

# O JORNALISMO A SERVIÇO DA PRESERVAÇÃO

**Benedito Barbosa Pupo**

( **Jornalista profissional e Chefe da Seção  
de Divulgação do Instituto de Artes da  
Unicamp** )

A Associação de Engenheiros e Arquitetos de Campinas promoveu, em novembro de 84, um curso sobre “Políticas de Preservação do Patrimônio Histórico”, que teve o apoio da Secretaria de Estado dos Negócios da Cultura e do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas. Benedito Barbosa Pupo, que há mais de meio século exerce ininterruptamente as suas atividades na imprensa, preferiu, durante o curso, a palestra que publicamos na íntegra e que mostra a importância do jornalismo em defesa da qualidade de vida.

O tema que me foi proposto para ser desenvolvido nesta reunião — A Imprensa e a Preservação — merece, de início algumas considerações. Em primeiro lugar, desejo declarar que prefiro substituir aqui a palavra **imprensa** por outra — **jornalismo** — que, genericamente, abrange todas as demais formas de comunicação como imprensa, rádio, televisão e cinema. Especificamente, a palavra **imprensa** só pode ser aplicada, com propriedade, ao jornalismo impresso, pois para o rádio temos o jornalismo falado, para a TV o jornalismo televisado e para o cinema o jornalismo cinematográfico. Assim, a expressão, comumente empregada — “imprensa falada” — a meu ver, não é própria para designar o jornalismo feito pelas folhas impressas, embora o “Aurélio”<sup>1</sup> registre as expressões “imprensa falada” e “imprensa escrita”, de uso corrente entre o povo e mesmo entre muitos jornalistas...

Quanto à palavra “preservação”, emprego-a no sentido de “Liberar de algum mal, manter livre de corrupção, perigo ou dano”, de acordo com o que registra o “Aurélio”<sup>2</sup>. Quando o jornalismo se põe a serviço da preservação, ele está cumprindo uma importantíssima missão, que é a de

defender a Qualidade de Vida, isto é, o bem-estar da comunidade. O jornalismo, em todas as suas formas mencionadas, pode e deve se empenhar sempre na manutenção da Qualidade de Vida da comunidade, sem a qual os componentes desta não poderão usufruir jamais de um estado ideal de saúde. Se a saúde é um bem, é também um direito do cidadão. Cabe, portanto, ao jornalismo socorrer a comunidade todas as vezes que haja necessidade da preservação desse bem. O órgão de comunicação, seja jornal, revista, rádio, televisão ou cinema, na sua missão de divulgar notícias para informar o leitor, ouvinte e telespectador, de tudo quanto possa interessá-lo, ocorrido ou a acontecer no mundo, não pode esquecer-se de que ele, jornalista, não está apenas a serviço da empresa em que trabalha e nem de seus diretores e acionistas, mas, sobretudo, a serviço da comunidade.

Assim, é seu dever primordial concorrer para a preservação da Qualidade de Vida, principalmente, nas cidades, onde o adensamento cria problemas sérios, como a poluição e outros. O bem-estar do ser humano resultante da preservação da Qualidade de Vida é o seu prêmio.

Além dessa meritória missão de preservar a Qualidade de Vida, o jornalista tem outras missões no campo da preservação, como a defesa da memória da comunidade para que se mantenham vivos os testemunhos de seu patrimônio histórico, arquitetônico, artístico e turístico. Colaborando com órgãos especializados como Sphan<sup>3</sup>, Condephat<sup>4</sup> e Conselhos Municipais de Defesa<sup>5</sup> desse patrimônio, o jornalismo estará dando a sua contribuição para a preservação de tudo quanto seja digno de conservação de memória da comunidade.

## **A defesa da Ecologia**

Para manutenção da Qualidade de Vida, quando esta já exista ( se não existir é preciso criá-la ), a defesa da Ecologia é imprescindível. Daí a necessidade de o jornalista participar de campanhas sistemáticas, que informem e esclareçam a população sobre o ambiente, a paisagem e os meios de conservá-los nas condições ideais: campanhas que visem à preservação das matas consideradas essenciais ao bem-estar da comunidade, como aconteceu há pouco em Campinas com a mata da Fazenda Santa Genebra, que foi motivo de movimento, aliás vitorioso, no qual o jornalismo, principalmente a imprensa, teve ponderável atuação. Assim, matas, rios, lagoas, a Natureza enfim, devem inserir-se nos programas jornalísticos daqueles órgãos que, realmente, estão a serviço da comunidade na defesa do ecossistema adequado à boa Qualidade de Vida.

## O papel da imprensa

O tema proposto para esta dissertação, como está no programa é Imprensa e Preservação. Vou, portanto, entrar agora no papel específico do jornal impresso, da imprensa originária de Gutenberg, na preservação. De agora em diante, pois, quando usar da palavra "jornal" estarei empregando-a, no seu sentido primitivo, de papel impresso.

Gostaria neste ponto de fazer algumas considerações sobre o jornal. Jornal, cuja denotação tem origem na palavra "dia", tem diversas conotações no meio jornalístico, significando, por exemplo, não apenas a folha impressa, mas as demais periódicas como semanais, quinzenais, mensais e outras. O jornal modernamente dedica-se, sobretudo, à divulgação de notícias, com o suporte, é claro, da publicidade paga, a propaganda, da qual é veículo e que, também, em última análise, deve estar a serviço do leitor para informá-lo sobre bens e serviços à disposição da comunidade. Modernamente, atribui-se grande importância à veiculação de notícias, chegando-se mesmo a considerar o jornal apenas como repositório de notícias. Aliás, os povos da língua inglesa assim o consideram, pois, ao pé da letra, a denominação de "newspaper" outra coisa não quer dizer se não "papel de notícias" ou "papel com notícias".

### O que é notícia ?

Eis aí uma pergunta que precisa ser respondida: Que é notícia ? A notícia é comunicação, é informação. Mas toda a informação será notícia ? De acordo com a moderna concepção jornalística não o é. Notícia é a comunicação do inusitado. Portanto, toda a notícia é informação, mas a recíproca não é verdadeira. Nem toda informação é notícia. Notícia é a informação que leva ao conhecimento do leitor aquilo que não acontece todos os dias, o que não é da rotina. Um americano explicou a notícia, de acordo com tal concepção, afirmando: "Se um cão morde um homem é fato banal. Isso acontece freqüentemente. Não é notícia. Mas se um homem morde um cão, é notícia. É assunto de manchete". Em contrapartida, entretanto, já houve quem a definisse assim: "Notícia é tudo aquilo que o jornal usa para tapar os buracos entre os anúncios..."

Falarei daqui a pouco sobre as várias funções do jornal. Sobre a notícia quero dizer mais alguma coisa. A notícia não só informa, mas esclarece também. Através dela, pode a comunidade beneficiar-se das informações nela contidas. Notícias sobre programas de governo, anunciando obras novas, melhoramentos, defesa da saúde do povo, além de informarem o leitor, podem esclarecer este sobre seu comportamento diante de tais eventos.

## A política editorial depende da filosofia do jornal

Voltando nossas vistas para a parte que interessa ao leitor em particular e à comunidade em geral, temos que levar em conta a filosofia do órgão, que veicula as notícias. Vou dar um exemplo colhido há uns cinco ou seis anos atrás num jornal da Capital, cuja manchete na primeira página era **Perdeu os chifres na Via Dutra**. Uma anotação remetia o leitor para a página interna onde estava a notícia do fato. Em poucas linhas, contava-se que um boi solto na Via Dutra tivera seus chifres arrancados por um caminhão. Não podemos dizer que isso não constitua uma notícia. De fato, o jornal apelou para o sensacionalismo, esquecendo-se do aspecto mais importante do fato, que poderia gerar tragédias. Outro deveria ter sido o tratamento jornalístico. Ao invés do sensacionalismo, a notícia deveria ser uma advertência, um alerta. Autoridades e fazendeiros deveriam dar atenção à segurança na rodovia, preservando-a.

Aqui cabe agora uma pergunta: Mas basta ao jornal noticiar fatos relativos à preservação para prestar um serviço completo à comunidade? Fraser Bond<sup>6</sup> em seu livro **Introdução ao Jornalismo**, traduzido no Brasil em 1959, ao tratar dos objetivos do jornalismo, afirma: "O jornalismo tem quatro razões fundamentais: informar, interpretar, orientar, entreter". Citado por esse membro do Departamento de Jornalismo da Universidade de Nova Iorque, encontra-se em seu livro esta afirmação, atribuída à Sociedade Americana dos Diretores de Jornais: "a função primordial dos jornais é comunicar ao gênero humano o que seus membros fazem, pensam e sentem". Dou novamente a palavra a Fraser Bond: "Assim, o jornalismo de hoje deve fazer com que chegue ao leitor ou ouvinte, **além da notícia de fato, de um acontecimento ou de uma teoria, também explicações, material de base e diagramas, orientados no sentido de ajudar o indivíduo a compreender melhor o que ler ou ouvir**" (O grifo é meu). Acrescenta mais o mestre norte-americano: "O jornal esforça-se abertamente por influenciar seus leitores, através de seus artigos, editoriais, caricaturas e colunas assinadas".

Como se deduz do exposto, a imprensa, tanto tem a missão de informar como a de formar a opinião do leitor, conscientizando-o em torno dos problemas que visem ao bem-estar da comunidade. Somente um jornalismo engajado na Democracia tem condições para desempenhar seu verdadeiro papel, pois só onde houver liberdade de expressão, poderão circular livremente as idéias e opiniões, que numa empresa jornalística engajada nos regimes totalitários ficam sob o controle dos governantes. É claro que a liberdade não exige o jornal da responsabilidade. Sobre a responsabilidade da imprensa, recorro novamente a Fraser Bond: "Como Grave Patterson do 'Blade', de Toledo observa — escreveu ele — 'uma im-

prensa livre é muito mais do que um meio de vida de seus diretores', aduzindo a seguir que 'Ela desfruta dessa liberdade porque é uma instituição semipública'. Nessa condição a imprensa deve uma obrigação à comunidade que a sustenta". Há pouco, falei sobre o fato de o jornal pertencer ao leitor principalmente para quem é feito. Aí está o argumento em favor dessa tese.

Prosseguindo em suas considerações sobre a responsabilidade da imprensa, Fraser Bond cita a determinação de M. H. Young, fundador do **San Francisco Chronicle**, que deixou expresso em seu testamento o seguinte: "Um grande jornal deve destinar-se muito mais à consecução de elevados fins para benefício do público, do que para ganhar dinheiro para o benefício dos acionistas da empresa". Fraser Bond encerra o capítulo afirmando que Young ao fazer tal declaração, determinou que seu jornal deveria manter-se sempre de acordo com esta norma constante de seu testamento: livre da influência, entrave ou controle de qualquer interesse, para benefício da cidade de São Francisco e do Estado da Califórnia.

Uma imprensa só pode ser independente se "apoiar-se em bases econômicas próprias, obtendo seus lucros sem ser subvencionada". Não pode engajar-se a instituições ou regimes antidemocráticos, pois se estiver ligada a alguém que a manobre, que a manipule, não será livre, como pensa o mestre norte-americano.

Para finalizar estas considerações sobre as filosofias jornalísticas, volto ainda a citar Fraser Bond, que menciona duas delas, que cito ambas entre aspas como faz o autor sem mencionar a fonte. Uma sustenta: "Dê ao povo o que ele quer". A outra preconiza: "Dê ao povo a verdade que ele precisa ter".

Se ficarmos com a primeira, faremos a imprensa sensacionista, a imprensa marrom, enquanto com a segunda, estaremos fazendo jornalismo de utilidade pública e interesse social.

### **Filosofia diferente, objetivos diferentes**

Há jornais de vários tipos, portanto com programas editoriais diferentes, objetivos diferentes. Há, por exemplo, jornais, cujo objetivo é informar, principalmente. Há os que têm por objetivo informar e interpretar, como há os que se dedicam a entreter o leitor, oferecendo-lhe curiosidades, podendo-se, por extensão, incluir neste rol as revistas. Outros jornais, raros agora, incluem também campanhas em seus programas.

Nos Estados Unidos, o **New York World**, de Joseph Pulitzer, foi um modelo deles. Tais jornais, quando descobrem erros, tratam de corrigi-los através de campanhas, chamando a atenção dos responsáveis.

Fazem campanhas também, quando aparecem grandes causas de interesse público para defender. No Brasil, há exemplos de campanhas nesse sentido. Temos agora, no momento, o jornal **O Estado de S. Paulo** empenhado na campanha em favor da correção dos erros das universidades paulistas e da melhoria do padrão nelas. Em época não muito remota, tivemos os **Diários Associados**, com Assis Chateaubriand à frente, trabalhando pela criação do Museu de Arte Moderna de São Paulo e pelo incentivo à aviação civil no Brasil.

Em Campinas, a imprensa não tem ficado alheia às necessidades da comunidade. Muitas têm sido as campanhas em que os jornais locais se envolveram. Em algumas delas, tenho participado como jornalista. Como esta minha dissertação é, sobretudo, um depoimento, desejo falar sobre minha participação nessas campanhas, para assim, como resultado de minhas observações, de minha vivência, de minha experiência, trazer uma contribuição para aqueles que se empenham em movimentos destinados a preservar o patrimônio histórico, arquitetônico, artístico e turístico da nossa comunidade. Relatarei não só os êxitos, como os insucessos, pois nem todas as campanhas em que me envolvi foram vitoriosas. Neste último caso, temos aquela em que desde o Paraná lutei em favor da recuperação da hegemonia da estrada de ferro no contexto dos transportes de superfície. Defendendo a tese de que não podíamos condenar o sistema ferroviário pelo fato de nosso parque ser inoperante, deveríamos restaurar e preservar a hegemonia da ferrovia brasileira, escrevi muitos artigos, não só no Paraná, onde residi entre 1948 e 1954, mas também em Campinas. Aqui, desenvolvi, sem êxito, intensa e extensa campanha em favor da ferrovia.

Em compensação, tive a satisfação de ver vitoriosa uma campanha em favor da preservação da mata da Fazenda Santa Genebra, em Barão Geraldo, que, enquanto estivesse em poder da proprietária da fazenda, a Sra. Jandira Pamplona de Oliveira, não corria o risco de ser devastada, pois essa senhora estava consciente do que aquela reserva representava para o bem-estar da comunidade, tanto assim que permitia a sua utilização pelos estudiosos de Botânica e de Zoologia, da Unicamp, alunos e professores, para suas pesquisas.

## **O jornalismo e a propaganda**

Durante alguns anos, estive engajado na propaganda, na qual adquiri conhecimentos que me foram muito úteis depois, quando retornei ao jornalismo. Deixei a propaganda com uma bagagem muito boa de conhecimentos dos quais me vali nas campanhas jornalísticas, que empreendi posteriormente. A propaganda difere do jornalismo por ser um tanto coercitiva. Enquanto no jornalismo, a comunicação é feita oferecendo-se

opções através das mensagens divulgadas, na propaganda, não se admite tal liberalismo. Vamos chamar assim, pois ela tem por finalidade condicionar os que recebem tais mensagens a fazerem aquilo que foi preestabelecido pelos planejadores da campanha de venda. Mas não posso negar que os cursos que fiz durante o meu estágio na propaganda, como o de psicologia aplicada à propaganda, o de pesquisa de mercado e de opinião pública, o de comercialização e o da história da propaganda, me foram valiosos.

Em comercialização, por exemplo, aprende-se que sua excelência, o freguês em potencial, é a entidade mais importante do processo. Esta entidade — o comprador — tem que ser satisfeita em seus desejos e suas necessidades, nem sempre patentes, mas que devem ser criadas por estímulos exteriores. Há um princípio básico da psicologia da propaganda que estabelece o seguinte: Deve-se atender à necessidade do comprador, conscientizando-o do problema que essa necessidade cria para ele. A oferta que se lhe faz resolve seu problema. Mas isso não basta: é preciso mostrar-lhe os benefícios decorrentes da solução encontrada. Quando a necessidade não está patente, quando ela existe de uma forma latente no comprador, dá-se aquilo que em propaganda se chama de “criar a necessidade”. Nas campanhas jornalísticas, essa técnica pode ser utilizada não tanto ostensivamente como se faz na propaganda. Se, por exemplo, numa campanha contra a poluição do ambiente, a população se conscientizar de que os males causados por ela serão afastados com a colaboração, poder-se-ão conseguir bons resultados.

As campanhas se caracterizam por serem sistemáticas e permanentes, pois a população precisa ser motivada e isso só se consegue com intenso e persistente trabalho de reforço das idéias a serem inculcadas no cidadão. Há um ditado popular que diz: “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. Na propaganda ( e por que não dizer, no jornalismo também ? ), chama-se a este processo de insistência de valor cumulativo da mensagem. Sim, porque a mensagem isolada, veiculada uma só vez tem um valor “x”, que cresce à medida que há reforço com a repetição. Na propaganda, sentimos isso com a repetição do mesmo anúncio várias vezes dentro da campanha. Note-se ainda que as campanhas de propaganda através de anúncios se compõem de séries, cada uma delas portadoras de uma idéia básica, apresentada de formas diferentes em cada um deles. Realiza-se assim o princípio da “unidade na variedade”. Os partidários da auto-sugestão preconizam que “Toda a idéia aceita pelo cérebro tende a tornar-se fato”<sup>7</sup> O cérebro, entretanto, nem sempre acolhe uma idéia apresentada uma única vez. Daí a persistência com que, quem deseja fazer uma psicoterapia pela auto-sugestão, deve trabalhar para que a idéia de cura, que almeja, esteja sempre presente em seu cérebro.

## Versão correta da Fundação de Campinas

Quando retornei a Campinas no final da década de 1961 a 1970, encontrei um clima de controvérsia em torno da data da fundação da cidade. Havia na Câmara processo que passava de uma legislatura para outra, porque os vereadores não queriam tomar decisão que desagradasse ao grupo de defensores das várias correntes. Discutia-se muito, mas nada se resolvia em definitivo, ficando, sempre, como já disse, de um ano para outro, e de uma legislatura para outra.

No **Diário do Povo** e no **Correio Popular**, escrevi muitos artigos<sup>8</sup> em favor da data de 14 de julho de 1774, assunto que só poderia ser resolvido paralelamente como o do local da implantação do núcleo urbano, que deu origem à cidade de Campinas. Em meus artigos defendi a tese de que os bandeirantes não tiveram participação direta na fundação da cidade, pois jamais aqui se fixaram. Campinas fora iniciada com o povoamento, por agricultores, que vindos do Vale do Paraíba, aqui se fixaram, formando um bairro rural. Mais ainda. Pus em evidência a participação de D. Luiz Antônio de Souza Botelho e Mourão, Morgado de Mateus, que restaurara e governara a Capitania de São Paulo, de 1765 a 1775. Através de intensa campanha que durou vários anos, finalmente em 1971 a questão foi resolvida com a promulgação, pelo então Prefeito Orestes Quéricia, da Lei aprovada pela Câmara.

Não foi muito fácil, porque mesmo aqueles que defendiam a data de 14 de julho de 1774, faziam suas restrições à participação do Morgado de Mateus, julgando que Barreto Leme ficava diminuído, perdendo a prerrogativa de ser o único fundador de Campinas. No meu modo de ver os fatos, acontecia justamente o contrário. Com o fato de ter sido nomeado pelo Morgado de Mateus como “fundador, diretor e administrador” da nova povoação, Francisco Barreto Leme se engrandecia, pois que, de mero “loteador de gleba”, que seria caso tivesse agido por conta própria, era de fato um representante da Coroa Portuguesa aqui, escolhido e nomeado que fôra pelo representante do Rei, na Capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus, como muito bem confirmou a grande estudiosa da Capitania de São Paulo no governo de Mateus, na era pombalina, professora Heloísa Liberalli Bellotto, em conversa durante um Simpósio sobre o Morgado de Mateus realizado em agosto em Bauru, no qual tive a oportunidade de falar sobre a Fundação de Campinas e a participação nela de D. Luiz Antônio.

Como conseqüência da campanha desenvolvida, em 1971, a Câmara nomeou uma Comissão de Vereadores para estudar o assunto e dar-lhe parecer. Essa Comissão apreciou o processo, analisou a matéria publicada na imprensa e convidou um grupo de estudiosos da História de

Campinas para uma reunião conjunta. As teses do povoamento por agricultores e não por bandeirantes e a de que Campinas se originara de um núcleo formado em torno da capela, onde se realizou a primeira Missa e a da data de 14 de julho de 1774, foram aceitas pela Comissão de Vereadores, que deram seu parecer<sup>9</sup> do qual resultou a Lei.

Foi como se vê, uma campanha de preservação, preservação da verdade histórica, até então deturpada por falsas noções sobre a história da fundação de Campinas.

## A memória das cidades

No momento, muitas comunidades brasileiras estão empenhadas na preservação da memória das cidades. Assunto de suma importância, mas delicado e controvertido quanto ao que deve ser de fato conservado, esse da preservação da memória da comunidade leva-nos a pensar nos vários aspectos que o envolve. Há pouco, assisti a uma conferência durante os debates sobre microfilme em que a professora Heloísa Liberalli Bellotto examinava o problema no contexto do processo de microfilmagem. Suas considerações são muito oportunas e podem ser estendidas ao caso da preservação da memória das cidades, pois ela abordou o problema mostrando que a documentação pela microfilmagem não substitui o documento original, mas, ao contrário do que muitos pensam, deve ser destruído para abrir espaço. O que é preciso é fazer-se uma rigorosa avaliação do que deve e do que não deve ser conservado. A propósito desse assunto, repito alguns conceitos que emiti em 1977 em artigo no **Correio Popular**, que, penso, cabem muito bem aqui.

Freqüentemente se ouve de pessoas cujo raciocínio superficial não lhes permite penetrar o sentido das cousas, de que o passado é cousa morta, a ser posta de lado, porque o que interessa é o presente e principalmente o futuro. Se a inteligência dessas pessoas não ficasse na epiderme das cousas, elas naturalmente concluiriam que se existe um presente é porque existiu um passado. O presente não é mais do que um momento de transição do passado para o futuro e nós somos o resultado de um pretérito, no momento construindo o nosso futuro. Admitir-se a inexistência do passado, é negar-se a memória, mas esta está aí, nos homens e nas cousas. Nós agimos em função de informações e ensinamentos recebidos no passado, remoto ou imediato, mas sempre passado. Na mecânica, temos exemplos edificantes, com os elevadores e os computadores, para citar apenas dois exemplos da função da "memória", um, o segundo, extremamente sofisticado. Biologicamente, nós tivemos um passado intra-uterino, que durou nove meses, mas antes de sermos feto, fomos espermatozóide, que também teve o seu passado, formando-se no corpo masculino. A História, "a grande mestra da vida" como é conhecida entre os historiógrafos, é

passado, onde vamos constantemente buscar exemplos para a nossa ação presente. Negar o passado é cousa de espíritos superficiais, que levianamente fazem afirmações néscias.

Contra o curso de tais idéias, que podem empolgar espíritos menos avisados, existe, entretanto, um movimento, que, sem ser radical, isto é, sem chegar aos extremos de que só o passado é bom, tem por finalidade a preservação da memória das cidades, quer conservando edifícios, quer documentando iconograficamente aspectos interessantes para uma reconstituição histórica futura. É claro que uma cidade evolui, modernizando-se, a não ser que seja uma das "cidades mortas", descritas por Monteiro Lobato. Umas mais do que outras, mas todas ganham, através dos tempos, novas feições, pois que não são estáticas. Algumas, como a velha Ouro Preto, em Minas, ou as do Vale do Paraíba, estas em processo de ressurgimento depois de longos anos de estagnação, são ricas de testemunhos de seu glorioso passado, com ruas inteiras e mesmos quarteirões inteiros, ostentando velhos casarões. Nem sempre será possível manter inalterável tal fisionomia, pois com o progresso avassalador em consequência das conquistas da Ciência e da Tecnologia, mesmo essas cidades, mais cedo ou mais tarde, pagarão o seu tributo, construindo novos edifícios em lugar dos velhos, que serão sacrificados. Querer sustar, enfrentando-a para dominá-la, a onda progressista, é tarefa que só um insano ousaria. O remédio está, portanto, em retratar tais cidades, para conservar a sua memória, como já se faz, em alguma parte.

Há anos, tive oportunidade de visitar, no Rio, a exposição de fotografias colhidas durante um concurso interessante, que se fez em São Paulo, visando à descoberta, com a ajuda da população, de aspectos dignos de serem conservados nas cidades. Nessa exposição, realizada no edifício da FUNARTE — Fundação Nacional de Arte —, antes ocupado pela Escola Nacional de Belas Artes, mais de quinhentas fotografias de cidades paulistas, inclusive Campinas, mostravam cousas curiosas, reveladas pelos amadores da fotografia. Em Campinas, realizou-se no salão térreo da Biblioteca Municipal, uma mostra organizada pela Unicamp, na qual figuravam fotografias relativas à industrialização de São Paulo, abrangendo o período de 1910 a 1930. Livros com fotografias ou desenhos são lançados freqüentemente, os quais se constituem em valioso documentário de épocas vividas por nossas cidades. Estão nesse gênero os livros **Do Rio a Santos**, de Tom Maia e Tereza Regina de Camargo Maia, que veio depois do **Vale do Paraíba — Velhas Fazendas**, de Tom Maia e Sérgio Buarque de Holanda. Este representa valiosa contribuição para os estudiosos da História daquela Região do Leste de São Paulo. Todas essas iniciativas são dignas de louvores pelo que representam para a nossa cultura, pois se constituem em instrumentos poderosos de informação pela imagem e pela palavra escrita sobre episódios marcantes da vida das comunidades focalizadas.

De acordo com o que acabo de expor, conclui-se que é uma tarefa difícil uma avaliação para eleição do que preservar e do que destruir, já que a cidade é dinâmica como consequência do progresso tecnológico.

Em Campinas, algo se faz também em favor da conservação da memória da comunidade. Com satisfação, assisti em Sousas, à abertura da exposição de Lisa França, na Biblioteca Municipal daquela Vila. Em seus quadros, a jovem artista fixou aspectos antigos de Sousas, como uma “disputa” entre a “Cabrita”, denominação dada ao trem do Ramal Férreo Campineiro, na bitola de 60 centímetros, e uma bicicleta... De Campinas, temos um valioso documentário nas aquarelas de José de Castro Mendes, publicado há muitos anos pelo Governo Paulista, no qual se fixaram aspectos das velhas fazendas do município. A artista Fúlvia Gonçalves tem prontos mais de duzentos desenhos a traço a serem publicados em livro. Parte desses desenhos já foram apresentados no Instituto de Artes, da Unicamp, através de diapositivos e na Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campinas.

### A mata da Santa Genebra

Em 1975, após haver publicado alguns artigos no **Correio Popular** sobre a preservação do verde em Campinas, fui convidado por um grupo de engenheiros agrônomos do Instituto Agronômico de Campinas,<sup>10</sup> para uma reunião naquele estabelecimento. Recebi, logo depois, do diretor da Divisão de Horticultura do IAC uma carta, da qual vou ler a sua introdução para mostrar o quanto pode a imprensa fazer em prol da defesa do bem-estar coletivo. “Com muita satisfação” — assim inicia o agrônomo Orlando Reginatano a sua missiva — “fomos honrados com a sua presença na reunião realizada esta manhã, nesta dependência do Instituto Agronômico, quando — com a participação de Hermes Moreira de Souza, Reinaldo Foster, Francisco da Costa Verdade e Sílvio Von Zuben — foram debatidos alguns assuntos de interesse coletivo, relacionados à preservação de importantes ‘áreas verdes’ localizadas nas vizinhanças da cidade de Campinas”.

São ainda do início dessa carta estas palavras muito significativas: “As poucas ‘áreas verdes’ que ainda restam — se defendidas agora — poderão representar, no futuro, os últimos redutos naturais capazes de resistir à avassaladora onda de expansão urbana e industrial, que vem caracterizando, nos últimos anos, o crescimento da metrópole campineira”. Abordando depois a existência de várias matas, que deveriam ser intocáveis, estuda o missivista a situação da mata da Fazenda Santa Genebra. Dessa reunião, surgiu então a campanha sistemática que desenvolvi durante muito tempo no **Correio Popular**, contando sempre com a valiosa colaboração do pessoal do Instituto Agronômico e da Unicamp, principalmente do Prof. Hermógenes de Freitas Leitão Filho, chefe do Departamen-

mento de Morfologia e Sistemática Vegetais, do Instituto de Biologia da nossa universidade oficial.

Em minha campanha, vali-me de dados fornecidos pelo Prof. Hermógenes e pela arquiteta, então recém-formada pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Miriam Leticia Cabral Senna<sup>11</sup>. Esta, em seu trabalho de Graduação Interdisciplinar na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Puccamp, propunha, além de manter-se a mata nativa como "santuário", onde cientistas e estudiosos pudessem fazer suas pesquisas, como já vinha fazendo a Unicamp, a criação de uma área circundante reflorestada com as espécies da região, que seria um parque para o lazer da população, já que a esta era vedado o acesso ao "santuário". O trabalho da arquiteta Miriam, muito bem ilustrado com gráficos, desenhos e fotos, foi exposto no Centro de Ciências, Letras e Artes e, posteriormente, no Centro de Convivência Cultural, com grande êxito. Os resultados dessa campanha em que se empenhou também a Câmara Municipal, que convidou o Prof. Hermógenes para uma reunião conjunta na qual exibiu farto documentário iconográfico sobre a mata, já são conhecidos: a mata foi doada à comunidade campineira pela proprietária da Fazenda Santa Genebra, a Sra. Jandira Pamplona de Oliveira. Hoje, está sob a tutela da Fundação José Pedro de Oliveira.

## Conclusão

Creio que os exemplos apresentados são mais que suficientes para demonstrar o quanto o jornalismo ( e em particular a imprensa ) pode fazer pelo bem-estar da comunidade, trabalhando pela preservação em todos os sentidos: preservação do ambiente, da paisagem, das matas, das águas, do patrimônio artístico e da memória da comunidade. Os prezados participantes desta reunião devem ter notado que ao referir-me à palavra "preservação" tomei-a quase sempre no seu sentido mais amplo, abrangente, pois no meu modo de encarar o problema sinto que há uma interação entre todos os elementos, que se fundem num único contexto: o da preservação.

Agradecendo, pois, a atenção com que me ouviram, espero que, trazendo esta minha contribuição, tenha concorrido com alguma parcela da minha experiência e de minhas observações, para a defesa de nosso patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, cultural e turístico, oferecendo algo que possa ajudar à formação de uma consciência coletiva em torno de tais problemas. Tudo isso é muito importante, mas sem uma Qualidade

de Vida ideal, na qual o ser humano desfrute do bem-estar a que faz jus, todas as vantagens auferidas com tal defesa, não poderão ser convenientemente apreciadas pela comunidade.

#### Notas bibliográficas:

(1) FERREIRA; Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**, 1ª edição, 9ª impressão, Nova Fronteira, 1959.

(2) Idem, ibidem.

(3) Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

(4) Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico, órgão do Estado de São Paulo encarregado da política de preservação.

(5) Em Campinas já existe, criado pela Lei Municipal nº4.886, de 14 de maio de 1979, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas.

(6) BOND, F. Fraser. **Introdução ao jornalismo**. Livraria Agir Editora, 1959.

(7) O psicoterapeuta francês Emilio Coué tratou do assunto da "auto-sugestão consciente" baseado neste conceito.

(8) PUPO, Benedito Barbosa. **À margem da história de Campinas**. 2ª edição. Editado pela Câmara Municipal de Campinas, em 1976.

(9) Idem, ibidem.

(10) PUPO, Benedito Barbosa. "Para que Campinas tenha mais áreas verdes". In: jornal **Correio Popular** 13-5-1975.

(11) "Arquiteta faz plano para aproveitamento da mata da Santa Genebra". In: jornal **Correio Popular**, 20-01-1980.